

ATA DA 019ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2013  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

### **SUMÁRIO**

#### **Partidos Políticos**

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Reporta-se à troca de DDD no município de Porto União e União da Vitória.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Aborda o limite de velocidade nas rodovias catarinenses.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Presta homenagem ao município de Alto Bela Vista.

**DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI** - Manifesta-se com relação à Unisul e à rodovia SC-445 que liga o município de Criciúma ao Balneário Rincão.

#### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Manifesta-se à concentração de recursos de controle federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Não há oradores inscritos para falar em Breves Comunicações.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, vou fazer alguns registros por conta da nossa ida a Brasília, e v.exa. participou ativamente da Frente Parlamentar do Carvão Mineral. Por coincidência, tive a oportunidade de participar desse encontro, pois estava lá tratando de outros assuntos. E fiquei impressionado com a participação dos parlamentares catarinenses, liderados pelo presidente desta Casa.

Contamos com o apoio do deputado Valmir Comin e do vice-governador. Estavam presentes também os deputados Manoel Mota, Dóia Guglielmi, o deputado federal Esperidião Amin e outros. Tivemos também a participação do vice-governador do Rio Grande do Sul, juntamente com o presidente da Assembleia Legislativa do mesmo estado, deputado Pedro Westphalen. Portanto, deu para ter a nítida clareza do quanto é importante o carvão mineral frente à necessidade da matriz energética brasileira.

Ainda ontem à noite, acompanhei uma reportagem sobre a situação das nossas barragens em determinadas regiões do país, que se encontram em grandes dificuldades por conta da ausência da chuva em determinada região e, portanto, com o nível mínimo de água. Então, o carvão mineral de fato teria uma grande utilização sem poluição.

Parabéns, sr. presidente, pela liderança que v.exa. exerceu nesse encontro que foi muito prestigiado. E esperamos que o governo federal tome a iniciativa de fazer uma política pública para uso do carvão mineral tanto de Santa Catarina como do Rio Grande do Sul.

Ao mesmo tempo, estivemos lá, como disse, para participar de uma audiência na Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, para tratar de um problema nos municípios de Porto União e União da Vitória. Estavam presentes o prefeito da cidade, o vice-prefeito, os vereadores e os deputados federais Mauro Mariani, Rogério Mendonça e Esperidião Amin.

O problema foi causado por uma decisão da Anatel de alterar o DDD utilizado na cidade de Santa Catarina, Porto União, e também na cidade de União da Vitória, no Paraná, que utilizam o DDD 42. Portanto, não há ligações interurbanas entre os dois municípios. A alteração seria a utilização do código 49 em Porto União, causando a cobrança de ligações interurbanas entre os referidos municípios. E com a ação das lideranças que lá participaram, conseguimos fazer com que se mantivesse o DDD 42 no município de União da Vitória, no Paraná, e também no município de Porto União, em Santa Catarina.

Acredito que foi uma ação conjunta, suprapartidária, e acima de qualquer diferença política se conquistou um grande legado para os usuários do sistema de comunicação da população da região do planalto norte, no município de Porto União e União da Vitória.

O segundo passo ainda precisa de mais trabalho, ou seja, por incrível que pareça, deputado presidente, no município de Porto União um distrito daquela cidade tem o DDD 47 e, infelizmente, aqueles usuários que ligam para o distrito e do mesmo para o centro da cidade pagam ligações interurbanas dentro da própria cidade. Então, é o absurdo do absurdo no próprio município você pagar ligações interurbanas.

O nosso deputado federal Esperidião Amin colocou com muita propriedade que a Anatel tem que tomar uma providência, mesmo não sendo naquela audiência que aconteceu, onde o presidente não determinou que isso acontecesse, mas assumiu o compromisso de fazer um estudo, para que futuramente possamos conquistar essa unificação do código, não importa para qual, desde que não se pague a ligação interurbana dentro do próprio município.

Tivemos a participação também na Unale, sr. presidente, a qual v.exa. presidiu por um bom período. Esse encontro foi presidido pelo nosso deputado Ernani Polo, do Rio Grande do Sul, que está conduzindo, através da Unale, esse movimento para as CPIs das Assembleias Legislativas, por conta das operadoras de telefone que têm deixado a desejar na prestação de serviços, no atendimento, no *call center*, na ausência de sinal, interrupção e uma série de coisas.

Assim, sr. presidente, o objetivo é fazer com que essas CPIs possam buscar essas informações para ver onde está problema. O nosso objetivo não é condenar ninguém, mas, sim, dar uma satisfação ao usuário na solução dos problemas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, temos aprovado aqui, neste Plenário, vários pedidos de deputados de várias regiões do estado, com referência à mudança dos limites de velocidade em algumas rodovias estaduais.

Recebemos, deputada Ana Paula Lima, cópia do relatório feito pela Polícia Rodoviária Estadual, em que o Deinfra altera alguns limites de velocidade. Claro que em perímetros urbanos há locais onde há necessidade de mantermos uma velocidade máxima de 40 quilômetros. Mas temos as rodovias estaduais, em vários locais, com a possibilidade de alteração do limite, especialmente na velocidade de 60 para 80 quilômetros por hora.

Em algumas rodovias os únicos locais possíveis para o motorista fazer uma ultrapassagem com visibilidade, com a marcação na pista da faixa intermitente permitindo a ultrapassagem, a velocidade nesses locais, na grande maioria das vezes, está definida como 60 quilômetros por hora.

Então, a Polícia Rodoviária Estadual tem feito com que os motoristas que buscam a ultrapassagem no local que é permitido, no local onde a velocidade é compatível, onde permitiria a ultrapassagem, acabem sendo autuados não por estarem ultrapassando em local indevido, mas por estarem na velocidade indevida.

Há muitas rodovias que motiva a análise da Polícia Rodoviária Estadual. No trecho de São Lourenço do Oeste a Chapecó há algumas restrições ao limite de velocidade, mantendo em 40. E em alguns locais onde a própria Polícia Rodoviária Estadual entende que esse trecho possa ser permitido...

Na rodovia 469, trecho Campo Erê/Pinhalzinho, a velocidade atual é de 60 quilômetros por hora, nos trechos definidos. E a sugestão da própria Polícia Rodoviária Estadual, nesse reestudo, permite então que essa velocidade seja alterada para 80 quilômetros por hora. E as próprias fotos mostram que são retas longas, onde não há risco em manter, quando necessária, a velocidade de 80 quilômetros por hora. Na rodovia 471, Flor da Serra do Sul/Anchieta, a velocidade sugerida é 60 quilômetros e passando, agora, para 80 quilômetros. Na rodovia 473, de Campo Erê/Anchieta...

Esse é um relatório do comandante major Segalin, da Polícia Rodoviária do oeste catarinense. Mas temos aqui um relatório de todo o estado de Santa Catarina, de várias rodovias, onde se sugere alteração do limite de velocidade.

Vejo isso como um pleito dos motoristas, das empresas, enfim, de todos, para que essas velocidades possam ser alteradas nessas rodovias.

Um estudo já foi realizado pela Polícia Rodoviária Estadual, já foi encaminhado ao Deinfra que estabelece os limites de velocidade. E sabemos agora que esse estudo feito pelos técnicos e engenheiros do Deinfra vai permitir que haja essa correção e essa melhoria para o fluxo do trânsito, claro, sendo sempre observadas todas as questões mínimas de segurança para o pedestre e condutores. Então, essa alteração vai ser muito importante.

Eu estava também acompanhando algumas alterações que a autopista está fazendo na BR-101, e a primeira conquista da população foi a não permissão para que a autopista fechasse um dos acessos ao município de Balneário Camboriú. O estudo feito pela Polícia Rodoviária Federal alegou que o primeiro acesso, sentido sul/norte, ao se chegar a Balneário Camboriú, seria um local de vários acidentes. Mas deixar uma cidade como Balneário Camboriú com um único acesso, o acesso principal pela avenida do estado, teremos com certeza mais acidentes e mais problemas, com congestionamentos não só na rodovia, mas também no acesso ao município. Também toda a Barra Sul, mais da metade da cidade de Balneário Camboriú, ficaria sem um acesso principal.

A comunidade se mobilizou, as autoridades da cidade também, o secretário de Planejamento, os vereadores, o prefeito municipal, e agora já houve entendimento, em que pese o posicionamento da Polícia Federal, que se tem que reduzir o número de acidentes, mas não dá para se tornar inviável, porque teremos com um único acesso só um aumento do

número de acidentes na BR-101, no trecho que corta o município de Balneário Camboriú.

Então, esses dois estudos foram importantes, tanto o da Polícia Rodoviária Federal como também o da Polícia Rodoviária Estadual, porque são estudos necessários para melhorar o fluxo do trânsito.

Também, srs. deputados, entramos ontem com um projeto de lei que proíbe os postos de gasolina no estado de Santa Catarina abastecer além do desarme automático. Todo veículo produzido hoje vem com sistema, no tanque de gasolina, de travamento automático, quando o combustível chega ao limite.

Nós brasileiros e, pelo que já li, a população mundial não é muito de ler manual, de querer saber por quê. E a maioria dos nossos motoristas tem o costume de chegar ao posto de gasolina e mandar encher o tanque, mas quando chega ao desarme automático o motorista ainda quer que o frentista fique controlando e colocando combustível até o limite máximo que o tanque possa receber.

Por que os veículos vêm hoje adaptados com o desarme automático? Porque no tanque de gasolina, na boca, na saída do tanque existe um dispositivo de carvão chamado canister que serve para impedir que os gases da gasolina saiam do tanque e com isso venha a prejudicar o meio ambiente. Então, enchendo o tanque até o limite vai atingir esse dispositivo, vai ficar umedecido e esse produto acabará indo para o tanque prejudicando o motor e a durabilidade do veículo. Esse dispositivo ficará danificado, como também o meio ambiente, que ficará prejudicado porque aqueles vapores que vêm do tanque acabam saindo e ele não consegue mais segurar, causando um problema ao meio ambiente.

Srs. deputados, além disso, tudo prejudicar o veículo, o meio ambiente, vai prejudicar também a saúde do frentista, porque se na hora que ele for abastecer o veículo no posto de combustível tiver que abastecê-lo até a boca terá que ficar com o

rosto próximo ao tanque observando quando estará cheio e isso causará um dano à saúde dele.

Então, fizemos um estudo a esse respeito e demos entrada, ontem, nesta Casa, a um projeto de lei proibindo que seja feito o abastecimento do veículo dessa forma. E além do desarme automático, que seja estabelecida pelo governo na regulamentação da lei uma multa para aqueles postos que forem infratores. O frentista não quer abastecer dessa forma, mas quando o cliente, o motorista chega ao posto e pede que o seu veículo seja abastecido até a boca, ele não tem como dizer não. Mas com essa lei estadual proibindo o abastecimento do veículo ele será amparado, além do disparo do travamento automático.

Por isso fizemos esse estudo, que é muito importante. Se o dono do veículo abastecê-lo com 3l, 4l, 5l a menos para não enchê-lo até a boca, como dizem os motoristas, ele voltará e terá que abastecer 3l, 4l, 5l antes. Isso não mudará nada para o motorista, para o dono do posto de gasolina, mas mudará muito para o meio ambiente e para a saúde dos frentistas, dos trabalhadores dos postos de gasolina no estado de Santa Catarina. Enfim, toda a sociedade será beneficiada se passarmos a cumprir realmente a lei e usarmos esse dispositivo que foi feito para proteger o veículo, para proteger o meio ambiente e o cidadão. Na verdade, por falta de observação, por achar que haverá um rendimento maior, que não é verdadeiro, os motoristas acabam não lendo e não cumprindo o manual prejudicando, com isso, a saúde e o meio ambiente.

Então, esse projeto de lei que demos entrada nesta Casa esperamos que seja dada uma tramitação rápida. E que isso sirva mais como orientação do que como punição, com o objetivo de uma conscientização não somente dos frentistas, porque onde fizemos a pesquisa recebemos uma aprovação integral, inclusive o agradecimento deles, que querem que exista uma lei que permita que eles efetivamente não prejudiquem a sua saúde e o meio ambiente.

Sr. presidente, srs. deputados e senhores que nos acompanham no dia de hoje, era isto que queríamos manifestar no horário do partido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark. Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT. Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, trago a esta tribuna um tema importante para destacar um município de forma especial, mas quero falar um pouco também sobre a área da cultura.

Cultura é um conjunto de conhecimentos, costumes e métodos adquiridos em determinado lugar. Processo histórico do ser humano está pautado na pluralidade cultural que se insere no mundo. A cultura faz parte da nossa vida e está diretamente atrelada à história de cada um.

Digo isso em referência, de forma especial ao nosso querido município de Alto Bela Vista, no meio-oeste catarinense pelo maravilhoso projeto hoje concretizado de construir na cidade um centro de cultura.

Alto Bela Vista é conhecida como a capital catarinense do coalho por exportar o produto para mais de trinta países. Nesta noite a cidade inaugura o centro de cultura e sustentabilidade que promete alavancar as manifestações artísticas e culturais do município.

Atualmente pelo menos 10% dos dois mil habitantes participam de um dos dois corais, do grupo de dança ou da banda municipal. A expectativa

é que essa vocação cultural seja ampliada com a nova estrutura.

O município foi atingido pelo lago da usina de Itá, por isso a administração do município começou negociações com a Tractebel em 2009 a respeito deste centro cultural. O projeto do centro cultural foi montado com apoio da associação dos municípios do Alto Uruguai catarinense e encaminhado do Ministério de Cultura para enquadramento na Lei Rouanet, que destina recursos do imposto de renda para cultura.

A Tractebel se comprometeu em bancar a obra do centro cultural e apoiar também a manutenção do local. As obras iniciaram em outubro de 2010. Esse espaço cultural que será inaugurado a partir de hoje tem 987 m<sup>2</sup>, possui cinema e teatro com 242 cadeiras, duas salas para oficina de música, uma sala de reunião, cozinha, dois banheiro e espaço de convivência. O investimento foi de R\$ 1,1 milhão.

Portanto, quero fazer este registro parabenizando o município de Alto Bela Vista por esse centro cultural, parabenizando também a empresa Tractebel, que foi a financiadora desse empreendimento através de recursos da Lei Rouanet e também como compensação pelo que o município de Alto Bela Vista, na região de Concórdia, contribuiu para a formação do lago da usina hidrelétrica de Itá, que gera energia para Santa Catarina e para o Brasil.

Quero também, já que estou falando de inaugurações, registrar a alegria e a satisfação da comunidade regional do Alto Uruguai Catarinense, especialmente da cidade de Concórdia, de ver inaugurado essa semana um dos maiores empreendimentos da região do meio-oeste, o Via Passarela. É uma espécie de um *shopping*, um grande supermercado com salas de cinemas, praça de alimentação e diversas outras lojas incorporadas neste projeto. Esse projeto vai gerar mais empregos, movimentar a economia e disponibilizar áreas de lazer.

A toda equipe, direção e funcionários da Via Passarela e à comunidade de Concórdia deixamos esse registro na tribuna.

Finalmente, ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, sr. presidente e srs. deputados, quero trazer a esta tribuna as angústias dos técnicos de gestão educacional e dos assistentes técnicos pedagógicos que há anos lutam para ter a gratificação de produtividade, que tem sido pingadamente atribuída a alguns setores. Agora mesmo, nesse projeto da nova tabela do Magistério, apenas parte dos professores foram contemplados, aqueles que estão lotados em unidades, e entendemos que essa gratificação deveria ser estendida a todos eles, independentemente de produtividade e de onde estiverem lotados, seja nas secretarias do órgão central, nas unidades da secretaria da Educação, na Fundação Catarinense de Educação Especial, nas unidades dos Centros de Educação Profissional ou nos Centros de Educação de Jovens e Adultos.

Entendemos que todos deveriam receber, inclusive demos entrada a um projeto de lei neste sentido. E sei que haverá discussão sobre a constitucionalidade, mas essa categoria há muito tempo tem reivindicado isso e não encontra ressonância em ver um projeto englobando todos, mas não de forma pingada, deixando alguns de fora.

Demos entrada com esse projeto de lei exatamente para forçar esse debate, para forçar uma posição, uma tomada de decisão por parte do governo do estado, já que esses servidores efetivos dão continuidade ao processo de aprendizagem nas unidades escolares e também nesses locais onde exercem a sua atuação, por exemplo, os Cedups, o Ceja, a Fundação de Educação Especial ou outros lugares.

Portanto, em razão disso, entendemos que todos os profissionais devem ser beneficiados com a gratificação de produtividade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dóia Guglielmi, por até nove minutos.

Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Com a compreensão do deputado Dóia Guglielmi, gostaria de fazer o registro, com muito prazer e alegria, da presença nesta Casa do vice-prefeito de Seara, Henrique Fabrin, que também foi prefeito daquele pujante município.

Sinta-se em Casa!

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio Alesc Digital, gostaria de externar o nosso profundo sentimento ao deputado Edison Andrino, que na última quarta-feira perdeu seu pai, e em nome da bancada do PSDB quero agradecer a s.exa. e parabenizá-lo pelo grande trabalho desempenhado na liderança do governo.

Na mesma esteira, gostaria de desejar muito sucesso ao novo líder do governo, deputado Aldo Schneider, para que ele possa desenvolver o seu trabalho contando com a nossa colaboração, sempre com muita serenidade e lealdade aos nossos companheiros, pois sabemos da atividade e da competência desse parlamentar. Não tenho dúvidas de que o governo está de parabéns pela escolha que fez.

Por isso, desejo sucesso a esse nosso companheiro que, tenho certeza, desenvolverá um bom trabalho junto ao governo e a este Parlamento.

Quero aqui também falar sobre a sessão solene que aconteceu ontem, à noite, na cidade de Tubarão, quando se deu a posse do novo reitor da Unisul, professor Sebastião Salésio Herdt, do vice-reitor, Mauri Luiz Heerdt, na presidência da Fundação Unisul o ex-reitor e professor Ailton Nazareno Soares e como vice-presidente Fabian Martins de Castro.

Gostaria de dizer, sr. presidente, que faço este pronunciamento, neste momento, devido à preocupação que tenho por aquela universidade do sul de Santa Catarina que desenvolve aquele município e todas as regiões, incluindo todo o sul de Santa Catarina.

Mas queremos desejar sucesso nessa nova jornada, porque sabemos do seu trabalho, da sua competência, da sua serenidade e da responsabilidade que ele tem diante daquela bela universidade.

Quero aqui, sr. presidente, fazer justiça ao seu discurso de ontem, porque pela primeira vez tive a oportunidade de estar junto com v.exa. numa bela sessão solene em que fez questão de nomear os deputados que estavam presentes e também os ausentes, digno de um presidente desta Casa.

Por isso, parabéns, presidente, e obrigado por nos ter citado e justificado a ausência daqueles parlamentares da região sul de Santa Catarina. Fico muito contente e orgulha-nos ter ouvido o seu discurso de ontem diante daquele povo seleta que lá estava presente.

Venho a esta tribuna, colegas deputados, para falar sobre a rodovia SC-445 que liga o município de Criciúma ao Balneário Rincão. Trata-se de uma rodovia que se estende, aproximadamente, 22km e que tem um dos índices de acidentes mais altos do estado, sendo a terceira rodovia mais movimentada de Santa Catarina.

Os levantamentos que temos do Deinfra, juntamente com a Polícia Rodoviária e a Polícia Militar, dão-nos conta de que por essa rodovia trafegam 32 mil carros dia, ano, mês. Segundo

levantamentos do ano de 2012, naquela rodovia houve 502 acidentes, com 298 vítimas e nove mortes.

A preocupação que temos, sr. presidente, é fazer com que o governo do estado, na sua plenitude, atenda ao nosso pleito, uma vez que já vimos trabalhando há muito tempo por aquela rodovia.

Fico feliz que na última sexta-feira próxima passada ele cumpriu uma importante etapa, sendo que todos os deputados do sul do estado estiveram também junto: José Milton Scheffer, Valmir Comin, José Nei Ascari e Manoel Mota. Enfim, o sul do estado, hoje, tem 20% da sua representação nesta Casa Legislativa e todos os projetos, sendo macro, são de uma competência, sabedoria e união de todos daquela região.

Fiquei feliz quando o governador do estado, sr. João Raimundo Colombo, juntamente com o nosso vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, naquele momento foram assinar o edital de licitação, com um investimento previsto de R\$ 2,9 milhões, para a revitalização da primeira etapa que compreende Balneário Rincão à BR-101, inclusive nos dois morros mais acidentados, tendo a terceira faixa de domínio que faz com que aqueles caminhões pesados e os ônibus possam também dar condições de os carros e automóveis terem um segmento e um fluxo um pouco mais tranquilo.

Por isso, agradeço, neste momento, ao sr. governador por essa participação importante no sul de Santa Catarina e também agora com a assinatura do edital de licitação e do novo projeto que vai sair da BR-101 até a avenida Centenária de Criciúma, correspondendo em torno de 10km. E vai ser feita a continuação da avenida Centenário, com seis elevados, dando tranquilidade e maior mobilidade para aquela região.

Tenho certeza de que o projeto estará pronto e apresentado à sociedade num espaço de aproximadamente cinco meses. Vamos fazer uma audiência pública porque é uma rodovia que margeia

todo o comércio de Içara, e tenho certeza de que vai ter um grande entendimento. Servirá para escoar todo produto da nossa região e fazer com que tenhamos tranquilidade ao trafegar naquela estrada. Hoje, para se fazer o trajeto do município de Içara a Criciúma, nos horários de movimento, leva-se de 40 a 45 minutos.

Deputado Serafim Venzon, v.exa. que também é conhecedor daquela região sabe da dificuldade que temos ao sair de casa, deixando a família estressada porque não sabe se volta ou se vai acontecer qualquer tipo de acidente naquele período.

Então, a rodovia 445 é a terceira rodovia de maior tráfego de Santa Catarina, e precisamos da compreensão de todos, principalmente do governo do estado e também do presidente do Deinfra, Paulo Roberto Meller, que também é daquela região, juntamente com o secretário da Infraestrutura do estado, Valdir Cobalchini.

Já procuramos, em várias audiências, sensibilizá-los para aquela obra, pois ela é de emergência, e temos que realmente ainda nesse pacto do governo investir mais de três milhões de reais na Infraestrutura.

Precisamos fazer com que não só o sul do estado, mas toda Santa Catarina possa ter a melhor mobilidade urbana de todo o estado, isso porque aqui temos o maior índice de carros novos. E não é diferente no sul do estado, onde já tem mais de 1.9 carros praticamente por habitante.

Precisamos fazer que com isso realmente tenha o seu diferencial, tenha o seu investimento adequado, para que essas rodovias deem plenas condições de os nossos trabalhadores, os nossos usuários possam sair de casa, ir e voltar com tranquilidade, deixando a sua família também à espera de uma chegada tranquila.

Era isso, sr. presidente, que tínhamos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigada, deputado Dóia Guglielmi.

Acerca da manifestação de v.exa., a qual agradeço muito, quero dizer que esse é o dever da Presidência da Casa, ou seja, reconhecer, valorizar.

V.Exa. e o deputado Manoel Mota fizeram um esforço muito grande para comparecer, e o deputado José Nei Ascari, o deputado José Milton Scheffer e deputado Altair Guidi não tiveram condições de lá estarem, naturalmente pelo compromisso que todos nós temos com as duas universidades do sul, a Unisul e a Unesc, aliás, temos com todas as universidades catarinenses. Mas especialmente nós do sul, com aquelas duas, tínhamos a obrigação de fazer também essa manifestação em nome de v.exa.

Somos oito parlamentares do sul do estado.

O sistema Acafe passa por um momento de enfrentamento de desafios. E esta Casa também terá que participar desse debate. Inclusive, o deputado Serafim Venzon tem trazido à discussão da outra ponta do sistema de universidades, que também terá um espaço para debate nesta Casa, porque democrática ela tem que ser, assim como cuidar do crescimento como um todo em nosso estado.

O sistema Acafe teve um papel fundamental nisso. Um sistema quase cinquentenário. Foi um grande modelo de distribuição do ensino superior em Santa Catarina, que serviu de referência ao Brasil. Por isso, merece todo o nosso respeito.

Fim do Horário dos Partidos Políticos.

Esta Presidência registra presença do sr. Hercílio Vargas, coordenador do Movimento Reage Navegantes, a Água é Nossa. Ele nos traz aqui um documento colocando essa preocupação da comunidade de Navegantes.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0289/2012, 0313/2012, 0608/2012, 0609/2012;

Que a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0432/2012 e 0492/2011, todos de entidade social;

Que a Comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao ofício n. 0484/2010, do Tribunal de Contas.

Esta Presidência comunica ainda que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s 0130 e 0131/2013, do deputado Nilson Gonçalves, 0132/2013, do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também são deferidos os Requerimentos n.s 0199 e 0202/2013, do deputado Antônio Aguiar, 0203/2013, do deputado Neodi Saretta, 0204, 0205, 0206 e 0207/2013, do deputado Nilson Gonçalves, 0208/2013, do deputado Edison Andrino, 0209/2013, do deputado Marcos Vieira, e 0210/2013, do deputado Jean Kuhlmann.

Discussão e votação do requerimento n. 0200/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviado ao superintendente da Oi Celular em Santa Catarina, solicitando a regularização do sinal de celular na SCT-280, trecho compreendido entre os municípios de Joinville e Porto União.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do requerimento n. 0201/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviado ao diretor superintendente da Tim Celular em Santa Catarina, solicitando a regularização do sinal de celular na SCT-280, trecho compreendido entre os municípios de Joinville e Porto União.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Se o deputado Antônio Aguiar receber resposta da Tim Celular, eu acho que esta Casa merece fazer uma festa comemorativa.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, está sendo reclamado praticamente todos os dias neste plenário pelos nobres pares da Casa, também pelo governador Raimundo Colombo e pelos secretários de Estado, pelas lideranças políticas de Santa Catarina, pelas lideranças empresariais, reclamando justamente do excesso de concentração de recursos de controle federal.

Praticamente 70% de toda a arrecadação fica a cargo de destinação. Depois, é claro, todos os tributos voltam para a população. Mas quem comanda esta redistribuição? O estado 20% ou 22%, menos do que isso, talvez 10% os municípios e 70%, senão um pouco mais, o governo federal. E uma das formas, as duas grandes maneiras de redistribuição de uma forma constitucional é justamente o Fundo de Participação dos Municípios, onde a arrecadação do IPI e do Imposto de Renda, das duas principais arrecadações, porque neste bolo de redistribuição estão fora todas as contribuições... Essas contribuições são exclusivas do governo federal.

Se olharmos o IPI e o Imposto de Renda, o ICMS dos estados, o Imposto Predial, o IPTU dos municípios, se somar só esses tributos, ficam torno

de 63%, 64% para a união, 23%, 24% para os estados e 13%, 14% para os municípios.

Acontece que a grande arrecadação nacional é muito mais do que o IPTU dos municípios, do que o ICMS dos estados, do que algumas taxas estaduais, do que o Imposto de Renda e do IPI do governo federal. Há muito mais taxas que são exclusivamente do governo federal. Por isso, hoje, 70% ficam a cargo do governo federal.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Concedo um aparte ao nobre deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Serafim Venzon, v.exa. tem toda a razão quando iniciou sua fala dizendo que todo dia, todos os partidos estão levantando essa polêmica no plenário. Se todos os estados e todos os partidos que compõem as agremiações partidárias do Brasil fizessem essa pressão, tenho a impressão de que a coisa mudaria lá no Congresso também. Realmente essas taxas todas não incidem porque o retorno do IPI é sobre o imposto e não sobre taxas e emolumentos.

Então, eles se safam com isso, porque a Constituição diz que o retorno, a participação dos estados e dos municípios é do imposto devido. Assim, não entram as taxas, e aí o governo federal abocanha mais toda essa arrecadação que é muito grande. E retém para quê? Para que os prefeitos peguem a bandejinha, o chapéu e vão a Brasília todo mês pedir uma querelinha para o governo federal que está massacrando os nossos municípios, massacrando o nosso estado e, conseqüentemente, criando mais despesas para os nossos municípios.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado.

Afora ainda a essas contribuições, deputado, ficam os juros que são cobrados dos governos estaduais e municipais quando buscam os recursos do

governo junto com o BNDES, que é outra forma também de concentrar recursos em nível de governo federal, ou seja, é outra forma de espoliar os estados e municípios que não conseguem atender às necessidades na infraestrutura, na saúde, na educação, na segurança pública, enfim, em todas essas grandes linhas sociais importantes.

Assim, não tendo como bancar, através da arrecadação, buscam financiamento no BNDES que mesmo com juros baixos sempre devolve, além do capital, mais um pouco de juros, de correção e de outros fatores que aumentam a nossa devolução ou que nos espoliam. Além de não termos recursos próprios para fazer o investimento, na hora da devolução do recurso, do pagamento aos bancos de fomento, temos ainda que devolver com juros, e isso vai espoliando a sociedade.

Na medida em que vai apertando muito, espremendo os governadores e municípios, é natural que haja uma reação, e graças a Deus essa reação já existe há muito tempo.

Ainda quando deputado federal, há sete anos, oito anos, fui testemunha de inúmeras caravanas de municípios, de prefeitos que formam os 5.600 municípios em Santa Catarina e no Brasil, de mais de 2.000 prefeitos em Brasília, para fazer pressão com seus deputados, com seus senadores, para modificar os critérios de redistribuição do Fundo de Participação dos Municípios, aumentando um pouco a distribuição para esses municípios, aumentando a distribuição para os municípios do Brasil.

Os estados também estão fazendo isso, aliás, essa mobilização de todos os estados está sendo coordenada pelo nosso governador Raimundo Colombo, pela pressão que está fazendo no Congresso Nacional, bem como com conversa com o Poder Executivo, com a própria presidente Dilma Rousseff, justamente para ver os critérios, os índices de redistribuição. Se olharmos o Fundo de Participação dos Estados, o FPE, que é parte da arrecadação do estado, arrecadação

que é feita essencialmente pelo ICMS e pelo retorno dos impostos que, no caso, é o FPE, o estado de Santa Catarina recebe um valor irrisório, em torno de R\$ 600 milhões por ano. E a contribuição que Santa Catarina dá para a União é de muitos bilhões, mas retornam para cá apenas R\$ 600 milhões por ano. Um estado que tem um orçamento próximo de R\$ 18 bilhões, se contarmos agora a operação de empréstimo, chega perto dos R\$ 25 bilhões, tem uma participação no FPE de R\$600 milhões, um valor irrisório.

Os estados da região sudeste e sul têm apenas 15% de toda a arrecadação federal, do IPI e do Imposto de Renda, e o restante dos 25% é redistribuído para os estados do norte, nordeste, centro-oeste e Distrito Federal. Então, a grande parte da arrecadação do governo federal está sendo distribuída para outros estados, e os estados do sul e do sudeste, que têm uma contribuição grande com esse bolo tributário nacional, recebem um valor pequeno. Assim como Santa Catarina recebe pouco, também ocorre isso com o Rio Grande do Sul, Paraná e os estados do sudeste. Isso faz com que os estados tenham dificuldades. E o governador Raimundo Colombo coordena esse trabalho de melhoria nesta parte.

Para abrir uma luz no fim do túnel tramitam agora no Congresso inúmeros projetos. São sete, oito, dez projetos que justamente tratam de novas formas de distribuição desse bolo tributário, com a participação para os estados.

Então, com a participação dos nossos senadores, a influência dos deputados federais catarinenses e a intervenção direta do governador Raimundo Colombo, interagindo com os demais governadores, buscando uma forma mais justa, que considere a população, o IDH, o desenvolvimento das pessoas, a participação do estado na constituição do bolo, a área do estado, enfim, as necessidades do estado, tudo isso deve ser valorizado para que o imposto que o governo arrecada seja uma forma de promover a justiça social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) -  
Não há mais oradores inscritos em Explicação  
Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da  
palavra, esta Presidência, antes de encerrar a  
presente sessão, convoca outra, especial, para a  
próxima segunda-feira, referente ao Programa  
Educativo de Resistência às Drogas - Proerd.

Está encerrada a sessão.